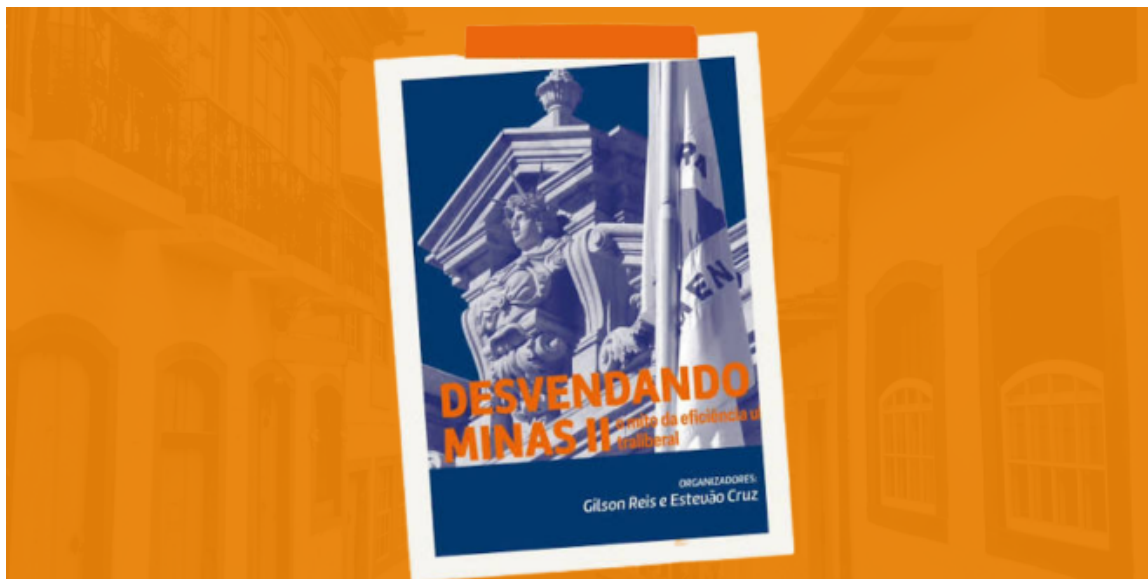


‘O mito da eficiência ultraliberal’: impactos dos 8 anos de governo Zema em Minas Gerais

Flora Villela

25/06/2026

Estevão Cruz e Gilson Reis comentam os principais pontos do livro ‘Desvendando Minas II: o mito da eficiência ultraliberal’



Sequência do livro “Desvendando Minas: descaminhos do projeto neoliberal”, “Desvendando Minas II: o mito da eficiência ultraliberal” debate criticamente os impactos de oito anos de governo do Partido Novo à frente de Minas Gerais e os desmontes promovidos pelas gestões de Romeu Zema, hoje encabeçada por Mateus Simões (PSD). É sobre isso que o [Visões Populares](#) conversou com os autores da obra, Estevão Cruz e Gilson Reis.

“Nós precisamos compreender o que aconteceu para fazer o embate político e construir uma saída para o nosso estado e o nosso país. Esse é o seu grande desafio colocado para as eleições de 2026. O livro tem o papel de desconstruir, mas deformar uma consciência coletiva capaz de não só resistir, mas também de apresentar ideias novas para uma nova governança no nosso estado”, explica Reis.

Com uma extensa trajetória de atuação sindical, Gilson Reis é professor, mestrando em direito ambiental e ex-vereador de Belo Horizonte. Já Estevão Cruz é pesquisador do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e pós-doutorando em ciência política, integrando também a executiva estadual do Partido dos Trabalhadores (PT).

Confira a entrevista:

Brasil de Fato MG – O livro se propõe a destrinchar o que foram os dois mandatos consecutivos do Partido Novo à frente de Minas Gerais. O que foram esses anos de ‘neoliberalismo autoritário’ para o estado?

Gilson Reis – A primeira coisa que eu vejo é que há um déficit político na nossa sociedade como um todo. A polarização nacional entre o campo progressista e a extrema direita criou uma situação política no Brasil na

qual o debate nos estados, nos municípios e nas capitais ficou submetido à lógica nacional.

O Zema transitou, ao longo desses oito anos, nesse cenário de uma disputa nacional, que acaba coesionando toda a luta política e levando a uma certa folga na relação política dele no estado, sem muita ação organizada, sem muita luta política, sem muita denúncia.

Foram oito anos de governo em uma certa lógica de “não resistência” do campo popular, e ele executou um modelo de gestão que aprofundou, na prática, o choque de gestão do Antônio Anastasia, que veio nos anos 2000, mas aplicando de forma mais aprofundada.

Uma discussão, um conceito, que abordamos no livro, é se esse é um projeto neoliberal extremo ou se é um ultraliberalismo. No livro, nós vamos tratar, na primeira parte, sobre elementos da discussão desses conceitos, sobre a dívida, sobre a gestão, sobre a origem e o papel do Partido Novo e do próprio Zema, em um debate mais ampliado.

Na segunda parte, tratamos sobre as políticas públicas. O governo Zema avança em algo que não havia no governo anterior, que é justamente a privatização das políticas públicas: privatização da educação, da saúde, da segurança pública. Entregando esses setores ao mercado, abdicando do projeto político-pedagógico das escolas e até mesmo do Sistema Único de Saúde (SUS) de Minas Gerais. Ele fechou vários hospitais no nosso estado nos últimos anos.

Tudo isso pensando em uma gestão compartilhada com o capital. O gerencialismo, que é o que nós vamos tratar também na primeira parte do livro, é justamente uma concepção de gestão impregnada de características empresariais, tentando submeter o Estado a essa gestão.

O livro trata disso e, em uma última parte, falamos sobre as lutas gerais, como a privatização da Copasa, a possibilidade da privatização da Cemig, a Operação Rejeito, que investigou sobre a corrupção muito impregnada dentro do governo e da mineração, a privatização dos nossos parques estaduais, entre outros assuntos.

Esse governo teve a preocupação permanente de entregar os ativos públicos ao capital privado. Foram gestões de privatização daquilo que nós temos de mais essencial, que são as políticas públicas que estavam e que devem estar na mão do Estado.

Estevão Cruz – O governo Zema tinha a ideia de um governo que governa junto com o capital, junto com o setor empresarial, de uma forma mais explícita. Costumamos ter esse entendimento a partir do montante extraordinário, absurdo, de renúncias fiscais.

Para o ano de 2027, no orçamento que eles apresentaram para a Assembleia Legislativa, há um valor em torno de R\$27 bilhões em renúncias fiscais. São os empresários aliados os principais beneficiados por isso. De fato, é uma experiência política que está mais explicitamente relacionada com os interesses empresariais que passaram a predominar aqui.

Não se trata de descobrir a intervenção e a relação desse empresariado com o Estado, isso é bastante antigo, mas foi um governo mais orgânico a isso. A discussão do livro é interessante porque, ao reunirmos um conjunto de artigos que tratam de uma forma panorâmica de várias áreas — e ainda não de forma completa, já que várias outras áreas também não couberam nesta edição do livro —, a gente tem a oportunidade de entender que os dilemas das várias áreas são comuns a muitas outras.

Nós ficamos, nesses últimos anos, principalmente a partir da nossa militância política, em diversas resistências. É um sintoma também do nosso tempo, mas aqui em Minas, o próprio governo Zema colocou os movimentos sociais o tempo todo em resistências dispersas, difusas. As resistências aconteceram, as lutas aconteceram, mas, quando elas são dispersas, nós temos dificuldade também de compreender a lógica comum que atravessa o programa que esse governo foi construindo.

Esse programa também não nasceu pronto, mas foi sendo construído ao longo desses oito anos. O livro nos ajuda a fazer uma primeira sistematização e a tentar revelar essa lógica. Quando vamos buscar entender o que tem de novidades para esse momento do neoliberalismo, ou aquilo que a gente chama de um ‘mito de uma eficiência ultraliberal’, o que seria esse programa ultraliberal do Zema?

Eu acho que há duas camadas que podemos entender: uma mais conjuntural, mais ampla, na qual o governo Zema se inseriu, que tem a ver com o próprio momento em que nós, no mundo, mas também no Brasil, estamos vivenciando. A transição de uma época em que o neoliberalismo convivia minimamente com a democracia, passando agora para uma fase que chamamos de neoliberalismo autoritário.

Pensando em uma lógica mais global e também da própria inserção do Brasil nesse processo, com o golpe contra a Dilma e depois com os governos Temer e Bolsonaro. É uma experiência em que o neoliberalismo entra mais em conflito com a democracia, e o governo Zema se insere nisso também.

Mas tem uma outra camada, que é como o próprio Zema e o Partido Novo foram construindo essa relação. Dentro desse contexto, que a gente chamaria mais amplamente de neoliberalismo autoritário, o governo Zema implementa uma agenda ultraliberal. Implementa uma agenda que radicaliza a sua perspectiva privatista, a sua perspectiva mercantil, a partir dessa relação mais explícita com o empresariado mineiro.

É um pouco do que nós estamos tateando para tentar entender essa experiência do Zema e do Partido Novo aqui. Não só entender isso como um processo comum a todas as áreas, mas como isso está também ligado ao processo global.

O livro anterior, ‘Descaminhos do projeto neoliberal’, abordou a administração do PSDB em Minas. Agora, a partir da nova análise, o que vocês enxergam de continuidades e de diferenças entre esses períodos?

Gilson Reis – A partir de 2013, se estabelece no Brasil, a partir de uma crise global do capitalismo, uma luta política, as chamadas guerras híbridas e as relações que ocorreram nesse processo. Há uma emergência de uma extrema direita no Brasil, a partir daquelas movimentações e mobilizações de 2013 e 2014, e o Partido Novo surge justamente dessas manifestações.

Aliás, tem um artigo em que nós tratamos sobre o tema, que é justamente uma vinculação e proximidade do Partido Novo com o Partido Republicano Americano. Principalmente o Tea Party, que é um movimento de dentro do Partido Republicano, um grupo de extrema direita vinculado ao Trump, que é também um outsider, uma pessoa que surge do empresariado estadunidense e vai se colocar na disputa política norte-americana.

O Zema tem a mesma trajetória, o mesmo período histórico, a mesma luta e as mesmas concepções que vão sendo organizadas. Quando nós falamos do neoliberalismo radical ou do ultraliberalismo, isso é parte de um processo de crise do sistema capitalista. Após a crise de 2008, que repercutiu em 2013 e repercute até hoje, nós estamos vivendo essa crise, principalmente do capitalismo ocidental. Essa crise vincula-se à questão autoritária, porque é necessário um aprofundamento da política ultraliberal dos anos 2000, que é a prática do Aécio Neves, naquele período.

Ou seja, não se tratava mais somente de vender o patrimônio do Estado ou de fazer reformas trabalhistas ou reformas previdenciárias, que ocorreram. Agora, era necessário aprofundar a reforma trabalhista, aprofundar a reforma previdenciária, aprofundar as privatizações, ampliar a financeirização da economia. São elementos do neoliberalismo do início dos anos 70, mas vinculados à questão do déficit democrático. É necessário, para a aplicação desse modelo, governos autoritários.

O Zema expressa, em certa medida, esse conceito que se consolidou no Brasil a partir de governos estaduais, municipais e da própria presidência. É só lembrar o governo Bolsonaro, como tratou os movimentos sociais e as lutas políticas na construção desse modelo.

Quando eu falei que havia um déficit democrático e político no nosso estado, houve resistência, lógico. Mas a sociedade como um todo ficou completamente ausente dessa luta política porque não se sentia parte desse processo de luta. Acho que os oito anos do governo Zema trouxeram muitas discussões que vão aprofundando o debate político, no sentido de desconstruir aquilo que foi a realidade.

Em síntese, esse livro trata sobre esse elemento político-histórico, mas, mais do que isso, é um documento que nós construímos a várias mãos, destinado à militância política. Nós precisamos compreender o que aconteceu para fazer o embate político e construir uma saída para o nosso estado e para o nosso país. Esse é o grande desafio colocado pelas eleições de 2026.

Me parece que o livro tem o papel de desconstruir, mas principalmente de formar uma consciência coletiva capaz de não só resistir, mas também de apresentar ideias novas para uma nova governança no nosso estado.

Estevão Cruz – Acho que a gente pode também tratar de duas maneiras essa diferença: uma de caráter mais político-histórico, que é essa relação do Zema e do Partido Novo com a ascensão da extrema direita e de essas outras expressões políticas que têm aparecido no mundo, e na própria trajetória política também da direita brasileira e mineira.

A gente pode enxergar também as relações, os vínculos e as afinidades que o governo Zema possui, que são diferentes, por exemplo, do PSDB, que protagonizou o primeiro ciclo neoliberal em Minas.

Mas uma diferença fundamental é que o Zema e o Partido Novo têm uma afinidade muito maior com uma tradição da direita mineira que é muito menos orgânica partidariamente. Não se vinculou tanto ao PSD, à UDN, à tradição liberal-conservadora mineira, mas participou de determinados movimentos políticos, inclusive no pré-64 e no golpe, se articulando com movimentos como Novos Inconfidentes, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) aqui, que eram movimentos golpistas organizados por empresários.

Tem uma tradição, que continua submersa durante o período da ditadura militar, mas mais ainda depois, durante os primeiros anos da redemocratização, mas que continuou se articulando. O Zema, por exemplo, trouxe para o governo dele um dos principais articuladores desse setor, que é o Salim Mattar.

Mattar foi um dos responsáveis pela estratégia de privatização do governo Bolsonaro, depois veio aqui ser consultor do governo Zema. É alguém muito identificado com essa tradição de organizações neoliberais vinculadas ao empresariado. Tem uma tradição política que é diferente da do PSDB. O PSDB se formou muito mais a partir do liberalismo conservador, no contexto ainda mais democrático ou de convivência democrática da Nova República, que com o golpe começamos a perder.

E tem uma outra diferença, mais da própria gestão: os governos tucanos, objeto do livro *Desvendando Minas I*, focavam no choque de gestão, no déficit zero. Eles faziam, de certa forma, um esforço de contenção. Também resistimos a esse esforço, porque ele significava sucateamento, arrocho, e significou privatizações. Mas era um esforço de enxugar a máquina pública e de absorver e inclusive rebatizar programas federais que aconteciam. As políticas sociais ficavam a cargo da União, e aqui havia arrocho e sucateamento dentro dessa lógica do “choque de gestão”.

O Zema sequer faz isso, por isso o tratamos como um mito. Isso que ele chama de eficiência é, na verdade, um mito. O orçamento deste ano apresenta um déficit de R\$7 bilhões; há um conjunto de renúncias e a dívida aumentou exponencialmente. Ele não fez nenhum esforço de melhorar a capacidade estatal de Minas Gerais, a gestão das políticas públicas, a gestão fiscal, tendo inclusive o benefício de não pagar a dívida.

Na verdade, o que o governo Zema fez, e está totalmente de acordo com o que a extrema direita tem feito no Brasil e no mundo, é destruir o Estado. Desmontar a capacidade do Estado de executar as políticas públicas. A eficiência é um mito; o Novo não fez mais com menos, ele faz muito menos e destruiu aquilo que existia.

Vocês caracterizam Minas, nesta gestão, como um grande balcão de negócios. Por que essa caracterização?

Gilson Reis – A primeira questão é sobre a dívida pública de Minas Gerais. Eu tenho visto a propaganda dos últimos dias do governo de Mateus Simões dizendo: “Minas melhorou porque nós resolvemos o problema da dívida e agora tem mais dinheiro para poder fazer cirurgia eletiva, tem mais dinheiro para poder fazer curso médio de formação profissional.” É uma mentira deslavada.

O aumento da dívida foi exponencial. Ou seja, além de ele não cumprir com aquilo que diz ter prometido cumprir, que é reduzir ou estabilizar a dívida, ele aumenta ela de forma exponencial e coloca os ativos públicos (a Cemig, a Copasa e a Codemig) a fim de entregar o patrimônio público mineiro para o setor privado.

O aumento da dívida é, na verdade, uma política do Estado, o colocando em condições de insolvência e apresentando como solução a entrega do patrimônio do nosso povo. Essa foi a lógica. A eficiência dele foi para quem? Não foi para a população, não foi para quem depende da saúde e educação do Estado. Foi para os setores empresariais.

No livro, a questão da dívida está em um artigo bastante extenso, no qual nós vamos demonstrar como ela evoluiu. Aliás, por uma luta do próprio Fernando Pimentel, que faz uma discussão sobre a incapacidade de pagar a dívida e entra com uma ação no STF. Somente depois que ele sai do governo é que o supremo concede a liminar para poder criar as condições para não se pagar a dívida no governo Zema. Isso se dá naquele acordo do golpe de Estado contra a Dilma, em que o Romero Jucá dizia: “Com o Supremo, com tudo”. O PSDB, já à frente do golpe de Estado, acabou conduzindo a decisão do Supremo para viabilizar esse projeto.

Uma segunda questão muito clara é que esse governo é eficiente para o capital, e para o capital muito próximo, dos amigos. Eu destacaria dois setores: a mineração, e temos o artigo que vai tratar sobre a corrupção na mineração, que foi uma política permanente desse governo, vinculado à Fiemg e às estruturas do Estado; e a questão do agronegócio, outro setor em que ele não é responsável, porque o governo federal investe a maior parte dos recursos no Plano Safra, mas ele se aproximou muito desse setor, no sentido de “liberar geral”.

Nós temos dados, no artigo que trata sobre o agrotóxico na lavoura em Minas Gerais, de como o setor se expandiu de forma extraordinária. Levando, inclusive, a uma crise ambiental, onde nós temos estudos, feitos recentemente, apontando que grande parte dos nossos rios hoje já estão contaminados com produtos agrotóxicos.

A política é, de um lado, uma ampliação da dívida para poder tensionar o Estado a entregar o seu patrimônio ao setor privado. E, de outro, a política de renúncia fiscal, que inclusive está sob sigilo nos próximos 100 anos, onde nós não sabemos sequer quem são os amigos do “rei Zema”, que foram beneficiados por essa política. Sabemos da Localiza, dos bilhões que foram destinados. O resto a gente não sabe, mas é preciso que a gente tenha transparência inclusive nessa informação.

Estevão Cruz – Eu mencionei o caso do Salim Mattar. O Gilson está dizendo aqui da Localiza. Acho que, do ponto de vista das renúncias, foi um dos casos que ficou mais escancarado. Salim Mattar exerceu função durante o governo Zema no primeiro mandato, que era uma função semelhante à função que ele exerceu também no governo Bolsonaro, de reorganizar o Estado para a privatização.

É um grande empresário, beneficiado por renúncias fiscais, articulando uma determinada política central do governo, e com o lastro político nessas organizações políticas de empresários, que têm uma visão de colocar o Estado e o poder público a serviço dos interesses diretos do capital, dos grandes empresários. Esse caso do Salim Mattar é muito paradigmático para entender também essa promiscuidade entre o governo Zema e o mundo empresarial.

O próprio Zema nasce disso. O livro dá um pontapé para uma discussão, juntando vários elementos para a gente poder refletir. O Zema não assume o governo tendo já uma forma definida, o Partido Novo era recém-

fundado, tinha um programa, mas o governo vai se construindo, vai formando um programa, ao longo desses oito anos, vai definindo certas estratégias.

Mas o que permanece? Permanece essa essência empresarial. É um governo empresarial, a serviço do grande capital, não é do pequeno empresário que está sofrendo também com esse governo. O grande capital que está no agronegócio, na mineração, na indústria de serviços, etc, que se beneficia de ter tomado posse do Palácio Tiradentes.

Em um dos capítulos são debatidas as disputas em torno da comunicação pública. Como se dá essa disputa hoje no estado?

Gilson Reis – No primeiro ano de governo do Zema, ele tentava privatizar a Rádio Inconfidência e reduzir a Rede Minas. Foi um processo de disputa política e tivemos movimentações para evitar a entrega da Inconfidência, que é uma rádio histórica aqui no estado. Em determinados momentos, ele rompe com essa visão e toma uma outra decisão.

O que é a marca do governo Zema: falta de democracia e postura autoritária na relação com a sociedade e os movimentos sociais. Assim ele vai conduzir a construção tanto da Rede Minas como da Rádio Inconfidência, como parte do projeto político do Estado. Inclusive, o artigo que trata desse tema vai demonstrar que, em muitos momentos, os jornalistas, a estrutura da Rede Minas, a própria Rádio Inconfidência, estavam a serviço do governo e não do Estado.

Não daquilo que foi a visão da própria Rede Minas, que se constituiu como uma TV pública capaz de comunicar com a sociedade os elementos centrais da própria sociedade e não do governo. Ele rompeu com esses princípios, construiu uma empresa de comunicação dentro da Rede Minas que serve aos interesses do governo. O artigo vai tratar disso de forma muito plena.

Um outro elemento importante, que não está no artigo: havia uma crítica do Mateus Simões, quando estava na Câmara Municipal, ao Alexandre Kalil, por fazer muita propaganda na Rádio Itatiaia e nos instrumentos de comunicação dessa indústria de comunicação privada. Eu desconheço o número de publicidade e o volume de recursos destinados por esse governo para propaganda oficial.

Ou seja, é um governo que tem uma comunicação muito intensiva, mas com pouca capacidade de mostrar a que veio. Ele já mudou três ou quatro vezes o slogan do governo. Ou seja, é uma comunicação perdida no tempo, sem uma capacidade de dialogar com o povo, que não tem relações com a sociedade, e muito submetida aos interesses do governo.

Não sabe de onde ou porque, não tem um projeto. Quando ele tomou o governo, era o outsider, uma pessoa que nunca tinha participado da política, um cara que negava a política. Ele vai construir o governo a partir de elementos estruturados em determinados tempos, e isso é submetido a um novo tempo e vai mudando a relação do governo.

A comunicação é um elemento que precisaria ser aprofundado, quem sabe na segunda versão do livro, porque esses elementos me parecem bastante interessantes. É, na prática, a anti-comunicação, seja do papel das empresas públicas, seja da forma como comunicou com a sociedade, seja como forma autoritária em que ele usou a comunicação oficial do Estado para poder fazer política de governo e não de Estado.

Estevão Cruz – Eu completaria essa ideia com esse fenômeno que extrapola o governo, certamente por meio de benefícios obscuros, de uma relação muito próxima com grandes empresas. É um processo, que em Minas também temos assistido, de convergência midiática. Grandes conglomerados que vão adquirindo empresas e vão fundindo determinadas estruturas de comunicação que antes existiam de uma forma parcialmente plural.

Esse é um grande debate que existe sobre a democracia brasileira. A mídia sempre foi muito concentrada, mas temos assistido, nos últimos anos, a um processo ainda maior de concentração, do ponto de vista dessas

estruturas sendo adquiridas por grandes empresários, que têm relações com esse governo também. A visão de mundo que é transmitida é a mesma.

Temos também esse cenário mais amplo de dificuldades para poder fazer uma discussão alternativa aqui no estado. Essa discussão tem sido feita, sobretudo, pela militância política, por essas lutas que os movimentos sociais estão travando, e também, devemos reconhecer, pela própria bancada de oposição ao governo na Assembleia Legislativa.

Mas sem uma potência unificadora da nossa luta, tanto do ponto de vista da estrutura (e, para isso, o Brasil de Fato e outros veículos de comunicação de que dispomos contribuem). Sem uma visão programática mais comum que articule isso, a nossa batalha de comunicação vai ficando mais difícil, porque não é só a técnica, não é só o instrumento, é a política também.

Apesar de todas as problemáticas que tratamos, o ex-governador Zema é pré-candidato à Presidência da República, assim como Mateus Simões é pré-candidato ao governo do estado. Como vocês avaliam essas pré-candidaturas?

Gilson Reis – A disputa nacional me parece que vai sendo constituída entre dois pólos: um polo vinculado ao Lula, um projeto democrático, popular e desenvolvimentista, debatendo o papel do Estado, soberania, democracia; e o outro campo do anti-Lula, que não se apresenta com projetos.

Não há clareza do projeto porque o debate fica submerso nesse ultraliberalismo. Eles não conseguem dizer à sociedade como um todo “eu vou fazer uma nova reforma da previdência, vou destruir o direito do trabalho, sou contra o fim da jornada 6x1, sou a favor da jornada 7x0”, porque a política que seria apresentada, tanto do ponto de vista econômico como social, é profundamente perversa e contra os interesses da sociedade.

Por isso, estabeleceu-se uma luta política no Brasil do Lula e do anti-Lula. Quando o Flávio Bolsonaro se apresenta em decadência, examinando a eleição do segundo turno, tanto o Zema como o Caiado chegam na condição de disputar com o próprio Lula. Estamos em uma situação política no Brasil em que os setores anti-Lula não apresentam o programa. Nós sabemos que é um programa muito próximo dos três candidatos que disputam, mas não se apresentam, porque isso invariavelmente não traz voto, traria muitas dificuldades de consolidar o voto nesse setor.

É uma eleição muito difícil colocada nesse ambiente, ela se traz de forma despolitizada e, por isso, a importância do livro. O que nós estamos trazendo com esse livro, principalmente para a nossa militância, é que nós temos que politizar a campanha. Não dá para ser meramente uma disputa eleitoral, porque eles estão encaminhando a disputa eleitoral entre o Lula e o anti-Lula, e nós queremos discutir o projeto político para o país. A mesma coisa me parece que se coloca em Minas Gerais.

Nós vivemos uma situação que eu jamais pensei que poderíamos estar vivendo: estamos a quatro meses das eleições e não temos candidato, a não ser o Mateus Simões, que vai se apresentar também com insuficiência, porque é uma pessoa despreparada, arrogante, e isso já está muito caracterizado no personagem dele. Ele não consegue crescer nas pesquisas, mesmo com toda a estrutura do Estado em suas mãos, por isso, não temos candidato, nem do campo deles.

O nosso campo até hoje não definiu uma candidatura, ou sequer discutimos o programa, o projeto, o que nós queremos para Minas Gerais, o que nós queremos da relação de Minas com o Brasil. Nós estamos em uma situação muito difícil. Precisamos acelerar esse processo, construir a candidatura capaz de fazer a disputa, porque há um vácuo político em Minas Gerais, provocado pelo Zema, uma pessoa que surge da antipolítica, um outsider.

Há a necessidade de ocupar esse espaço. Estou muito preocupado com a situação e acho que a gente precisa acelerar. Nós temos uma previsão de lançar o livro em várias partes do estado, fazer o debate político, trazer a militância, trazer os movimentos sociais, o movimento sindical. Esses setores precisam consumir as informações desse livro, com o objetivo também de fazer a disputa. A situação não está fácil, e espero que a

gente possa reverter essa posição e realmente começar a construir algo consistente para a política do estado de Minas Gerais.

Estevão Cruz – Temos uma visão bastante explícita, uma posição política aqui no livro. O livro tem que nos ajudar também nessa intervenção eleitoral, para que possamos, primeiro, revelar uma série de elementos do que está sendo feito em Minas e que muitas vezes conhecemos pouco de forma sistematizada. Fora de Minas, menos ainda, e o Zema está como candidato. Por isso, que sirva como instrumento para revelar e desmoralizar ainda mais o que é essa figura, incapaz de liderar um projeto nacional.

Concordo bastante com esse cenário que o Gilson descreveu, mas acho que é preciso também dizer que o Zema, ao contrário dos outros pré-candidatos da direita, que até pouco tempo atrás estavam se colocando, é o único dos que não ganha no seu próprio estado. O Caiado pontuava, o Ratinho Júnior pontuava, o Eduardo Leite pontuava, Tarcísio também em São Paulo. O Zema era o único que ficava bem atrás, inclusive em terceiro ou quarto.

Ele é uma figura incapaz de liderar qualquer projeto, mas, nesse cenário que o Gilson descreveu, é preciso também que a gente revele quem é essa figura e que governo ele fez aqui. A mesma coisa do ponto de vista da disputa que nós vamos ter no estado. Nós precisamos politizar o debate, falar mais da nossa alternativa. E a gente compreende que só é possível falar da alternativa se fizermos também um bom diagnóstico.

O campo democrático, das esquerdas, precisa compor uma frente política capaz de se apresentar como alternativa real, viável no estado, para que a gente impeça a continuidade desse ciclo político que eles estão levando adiante. Eu tenho convicção hoje de que, se nesses primeiros oito anos eles tiveram vários momentos de incertezas e indefinições sobre a estratégia, eles estão chegando ao final de oito anos no controle da máquina.

Agora, acelerando determinados processos, como a privatização da Copasa, que revela de novo esses traços marcantes do tipo de desmonte. Porque não é só privatizar, é entregar a preço de banana para aliados, diminuir o valor de leilão, não tem nenhum tipo de concorrência.

Eles estão acelerando determinados movimentos pensando na permanência deles por um ciclo que pode ser de quatro ou oito anos de novo. Nós precisamos também evitar que isso ocorra, construindo uma alternativa política viável e com um bom diagnóstico do que está acontecendo e de que reconstrução também é necessária fazer.

Por Flora Villela e editado por Ana Carolina Vasconcelos

Via [*Brasil de Fato*](#)

Compartilhe nas redes: